

Processo por corrupção, lavagem e falsidade

Gilmar paralisa ação contra Agripino a dois meses da prescrição

Veja



Senador Bezerra - PMDB
Fachin despacha para o juiz Moro inquérito contra senador Bezerra

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), enviou para o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, o inquérito em que o senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) é denunciado por corrupção. Bezerra foi denunciado em 2016, pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O senador foi acusado de ter recebido, entre 2010 e 2011, pelo menos R\$ 41,5 milhões em propina das empreiteiras Queiroz Galvão, OAS e Camargo Corrêa, que atuaram em Abreu e Lima. **Pág. 3**

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.631 11 a 15 de Maio de 2018



1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Propina de R\$ 1 milhão para instituir vistoria veicular de carro zero

Na última terça-feira, o processo contra o presidente nacional do Dem, Agripino Maia, foi paralisado por um "pedido de vistas" de Gilmar Mendes, no STF. Agripino recebeu mais de um milhão de uma quadrilha que atuava na inspeção veicular no Detran do Rio Grande do Norte. Um esquema tão despuadorado que, à custa de propina, conseguiu aprovar uma lei estadual para que até os carros 0 km fossem obrigados a se submeter à inspeção veicular. O processo prescreve em junho. Depois disso, os culpados não poderão ser julgados e punidos. **Pág. 3**

Petrobrás corta os investimentos, vende patrimônio e distribui lucros

Sindicato



Para o vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, o lucro de R\$ 6,96 bilhões da Petrobrás, no primeiro trimestre deste ano, "é fugaz, fruto de ganhos nas cotações internacionais do petróleo e das vendas dos campos de Lapa, Iara e Carcará, no pré-sal". "Depois, adeus, não existe mais campo para exploração brasileira. Ficou tudo nas mãos das multinacionais", denunciou. **Página 2**

Servidores contra arrocho mantêm greve em Floripa

A greve dos servidores de Florianópolis é pelo cumprimento dos acordos de reajustes salariais e contra as medidas privatistas da prefeitura. **P. 5**

PF prende 5 no rastro da propina de R\$ 200 milhões desviados da Petrobrás e dados ao PT e PMDB

Na 51ª etapa da Operação Lava Jato, batizada de "Déjà Vu", a Polícia Federal cumpriu na terça-feira cinco mandados de prisão. A ação investiga propina de R\$ 200 milhões para o PMDB, PT e ex-funcionários da Petrobrás por meio de fraude em contrato e contas no exterior. A Justiça expediu 23 mandados - quatro de prisão preventiva, dois de prisão temporária e 17 de busca e apreensão em SP, RJ e ES. **Página 3**

Dolarizado pelo governo, gás tem novo aumento no preço: mais 7,1%

A Petrobrás anunciou um novo reajuste para o gás comercial e industrial na terça-feira (8). O aumento será de 7,1% em média nas refinarias às distribuidoras. É a segunda alta consecutiva. Em abril, o reajuste foi de 4,7%. **Pág. 2**

Crimes de Aécio no governo vão ser investigados na 1ª instância

Conforme a investigação e delação premiada de executivos da Odebrecht, Aécio recebeu R\$ 5,2 milhões em propina, o equivalente a 3% do valor das obras da Cidade Administrativa, em 2007, quando era governador. **P. 4**



Povo desfila com as fotos de seus familiares que deram a vida para a derrota dos nazistas pela União Soviética

"Regimento Imortal" festeja os 73 anos da vitória antifascista

Mais de 1 milhão de pessoas em Moscou no 9 de Maio, o Dia da Vitória na 2ª Guerra Mundial. Centenas de milhares de russos entraram na Praça Vermelha, em Moscou, no 9 de maio, Dia da Vitória, com cartazes trazendo fotos de seus familiares e amigos que tombaram no embate para expulsar o invasor nazista, na Segunda Guerra Mundial. A marcha popular, denominada de Regimento Imortal, foi antecedida por um desfile militar com a participação de 55 mil integrantes representando as diferentes especialidades das forças armadas. A data foi comemorada também nas diversas repúblicas que formavam a União Soviética. No evento, foram apresentados armamentos novos e históricos, como os tanques soviéticos T-34. **Página 6**

HP NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br

Majoria da 2ª Turma do STF rejeita soltura de Lula

Governo aumenta gás comercial e industrial em 7,1%

A Petrobrás anunciou um novo reajuste para o gás comercial e industrial na terça-feira (8). O aumento será de 7,1% em média nas refinarias às distribuidoras, elevando os custos para empresários e consumidores que dependem do produto. É a segunda alta consecutiva. Em abril, o reajuste foi de 4,7%.

Com a política de pendurar o reajuste do preço do gás às variações do mercado internacional, em nome da “livre concorrência”, Parente está impondo um reajuste ainda maior para os consumidores brasileiros.

De acordo com o Sindigás - Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP (Gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha) (Sindicagás), após o reajuste desta terça, o preço do gás ficará 31% mais caro do que as cotações internacionais. “Esse ágio vem pressionando ainda mais os custos de negócios que têm o GLP entre seus principais insumos, impactando de forma crucial empresas que operam com uso intensivo de GLP”, diz a entidade.

O preço do GLP vendido em vasilhames superiores a 13 quilos ou a granel é reajustado uma vez por mês. Já o preço do gás vendido em botijões de 13 quilos, usado nas residências, é reajustado uma vez a cada três meses. Segundo o IBGE, os sucessivos aumentos do gás de cozinha em 2017 levaram 1,2 milhão de famílias brasileiras a apelarem para lenha ou carvão na hora de cozinhar.

Ministro assevera que não quer privatizar, só pulverizar a Eletrobrás

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse em audiência pública na Câmara dos Deputados, na terça-feira (8), que o controle da Eletrobrás será “pulverizado”.

Guardia voltou a repetir o que já virou uma mantra para a base entreguista do governo: “Não é uma proposta de venda, mas sim de capitalização da companhia”, disse. “No final desse processo, não terá um dono privado com controle da empresa. No jargão do mercado, vamos transformar a Eletrobrás numa corporação, o mesmo modelo da Embraer e da Vale, que passaram a ter um controle difuso”, completou o ministro.

A palavra privatização tem sido substituída pelo governo Temer por outros termos, como: concessão, desestatização, capitalização, programa de desinvestimento, etc, para obter êxito no seu projeto de dilapidação do patrimônio nacional.

Esta prática foi inaugurada pela presidente Dilma Rousseff, quando a petista trocou o nome privatização pelo nome de concessão, para entregar o petróleo do Campo de Libra, aeroportos, rodovias

e estradas à iniciativa privada estrangeira e consórcios chefiados por empreiteiras, que inclusive estão envolvidas na Lava Jato.

O projeto de privatização da Eletrobrás, que tramita na Câmara, foi encaminhado pelo Palácio do Planalto no fim de janeiro deste ano. Pela proposta de Temer, o controle da companhia passaria ao capital privado, isto é, estrangeiro - através do lançamento de novas ações no mercado. E a União, que atualmente detém o controle da estatal, passaria ser acionista minoritária. Além disso, a União manteria um controle difuso”, completou o ministro.

A Eletrobrás é responsável por um terço da geração de energia do país e dispõe de um patrimônio avaliado em R\$ 46,2 bilhões, além de um total de ativos que somam a R\$ 170,5 bilhões, segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME). O governo espera obter com a privatização cerca de R\$ 12 bilhões para entregar ao capital financeiro, através do pagamento de juros aos bancos.

ANTONIO ROSA

Parente desmonta Petrobrás e comemora divisão dos lucros



Reprodução/CNI

Para Fernando Siqueira, vice-presidente da AEPET, “o lucro é fugaz, fruto de ganhos nas cotações internacionais do petróleo e das vendas dos campos no pré-sal. Depois, adeus, não existe mais campo para exploração. Ficou tudo nas mãos das multinacionais”

Parente anunciou e comemorou que a Petrobrás teve um lucro líquido de R\$ 6,96 bilhões, no primeiro trimestre deste ano. Segundo o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, “o lucro da Petrobrás no período é fugaz, fruto de ganhos nas cotações internacionais do petróleo e das vendas dos campos de Lapa, Iara e Carcará, no pré-sal. Depois, adeus, não existe mais campo para exploração brasileira. Ficou tudo nas mãos das multinacionais”.

Este resultado não representa o fortalecimento da empresa que quiseram passar, tanto Parente, que atualmente age mais como lobista alugado por multinacionais, quanto os “analistas de mercado”, escolhidos a dedo para aplaudir o desmonte da estatal para dizer que a empresa está no caminho certo. Este caminho que está sendo trilhado pela quadrilha que ocupa o Planalto e a Petrobrás só é certo para os interesses do cartel do petróleo. Este não é o caminho que interessa à Petrobrás e muito menos ao Brasil.

A queima dos ativos e a redução dos investimentos podem “positivar” o balanço de forma fugaz, conforme diz Fernando Siqueira, mas no médio e no longo prazo enfraquece a capacidade da empresa de atuar nas áreas de prospecção, exploração, transporte e refino de petróleo. A redução dos investimentos, que já vem ocorrendo desde o governo Dilma, e que agora está se intensificando com a queima de ativos, vai prejudicar muito o futuro da Petrobrás. Parente também anunciou que não serão feitos investimentos, e que boa parte do saldo obtido neste primeiro trimestre será usado para pagar dividendos aos acionistas, grande parte deles especuladores de Wall Street.

De acordo com Siqueira,

Com crise, os investimentos no país continuam em queda

Além do IPEA, o IBGE também calcula esse fator da economia que é composto pelas compras e importações de máquinas e equipamentos mais investimentos na construção civil e investimentos diversos.

O desempenho da economia depende dos investimentos para crescer. Os baixos níveis do indicador ou as pequenas variações expressam a estagnação dos investimentos na economia nacional e revelam a impossibilidade de um crescimento sustentável, contrariando a insistente propaganda enganosa do governo de “recuperação” da economia.

Comemorou os raquíticos resultados positivos com alarde e se referir aos negativos como sinais de recuperação, não vai mudar a realidade dos fatos.

A política econômica hostil ao capital produtivo e aos trabalhadores, ostensivamente assumida e agravada a partir do segundo mandato de Dilma, que Meirelles com Temer só fez dar prosseguimento, é a responsável pelos mais de 13 milhões de trabalhadores amargando o desemprego, pior indicativo da falta de investimentos.

J. AMARO

Dilma em Londres ou por que o PT fechou os hospícios no Brasil

Falando na *London School of Economics*, um dos dois templos mundiais do neoliberalismo (o outro fica em Chicago), a senhora Dilma Rousseff disse que o problema da política econômica de seu segundo mandato é que o ministro que nomeou para a Fazenda, Joaquim Levy, “não estava à altura”.

Ela aprovou absolutamente tudo o que quis, inclusive a lei de entrega dos portos, a retirada da Petrobrás como operadora única do pré-sal, o corte nas pensões das viúvas e as desonerações mais escabrosas.

Se o leitor quiser comprovar, por favor, não faça cerimônia - o Palácio do Planalto tem uma excelente coleção do que Dilma (ou qualquer outro presidente) aprovou no Congresso: cf. Portal da Legislação.

Em campanha, no mês de setembro de 2014, Dilma disse o seguinte:

“Nós não acreditamos em choque fiscal, isso é uma forma incorreta de tratar a questão fiscal no Brasil. Choque fiscal é um baita ajuste no qual se corta tudo para pagar juros para bancos. Vai cortar o quê?”

No dia 28 de janeiro de 2016, Dilma, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, disse o seguinte:

“Fizemos, em 2015, um ajuste fiscal de dimensão inédita em toda nossa história. Cortamos despesas discricionárias, cortamos despesas obrigatórias, revimos desonerações e tarifas. Sabemos que há, ainda, muito o que fazer”.

Em seguida, defendeu a continuação do “ajuste” (“mais dois ou três anos”), com a limitação dos gastos públicos, “reforma” da Previdência, desvinculação das receitas da União, etc. (cf. Discurso da Presidenta Dilma Rousseff, durante encerramento da 44ª reunião do CDES).

Quando ela fez esse discurso, Joaquim Levy já saía do governo.

O desastre neoliberal do seu governo foi, portanto, obra sua. Levy foi nomeado para fazer a única coisa que sabia fazer: devastar a economia com sua estupididade e servilismo ao cartel do dinheiro.

Quem não sabia o que Levy ia fazer?

Mas, se há algo em que a senhora Rousseff é especialista - aliás, a única coisa - é em não assumir a responsabilidade por seus

atos.

Sempre os culpados são os outros.

Em Londres, disse Dilma sobre o seu governo: “mandamos desonerações para a folha. Nós queremos diminuir a baixa competitividade que nós tínhamos porque estavam ‘esfolando’ trabalhadores fora do Brasil. Então o custo do trabalho de outros países era menor do que o nosso. Quando fomos desonerar a folha para reduzir o custo do trabalho, o que os empresários fizeram com a desoneração? Eles embolsaram. Aumentaram a margem de lucro”.

A idiotice de que o problema da nossa economia é que o trabalhador brasileiro não é “competitivo”, foi inventada pelo falecido Eugênio Gudin, que está, há décadas, dando coices no inferno.

Portanto, não é uma idiotice original - nem na imbecilidade, Dilma consegue ser mais que um papagaio da reação.

Mas há outra coisa: Dilma fala de suas “desonerações” passando por cima do que elas significaram.

Acontece que ela concedeu R\$ 458 bilhões de privilégios fiscais - ou seja, isenções de impostos, inclusive do pagamento à Previdência - à Ford, Volkswagen, em suma, aos monopólios multinacionais, que foram os maiores beneficiados com esses privilégios.

É claro que o objetivo disso era aumentar a margem de lucro desses monopólios. O que mais poderia ser?

Dilma realmente achava que essas filiais de multinacionais iam investir no Brasil porque passaram a pagar menos impostos - aliás, quase nenhum - ao invés de embolsar a margem de lucro?

As vezes, em Dilma, é difícil perceber a fronteira entre o cinismo e a imbecilidade - ou se os dois estão presentes, em depravado conúbio.

Talvez, se ela esperasse que as multinacionais gastassem esse dinheiro com esmolas para os mendigos, fosse mais bem sucedida... C.L.

Produção industrial cai em 8 de 15 regiões pesquisadas, diz IBGE

Os resultados regionais da produção industrial do país, divulgados na quarta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), continuam a reforçar a falácia da “recuperação da economia”. <http://horadopovo.org.br/producao-industrial-cai-em-marco-e-trimestre-evidencia-estagnacao/>.

Em março, a produção industrial no país recuou -0,1% em relação a fevereiro. Falando de produção física, os números foram desastrosos em 8 dos 15 locais pesquisados em março e, mesmo nos estados onde foi registrado algum crescimento, essa variação não chega nem perto de recompor

as perdas recentes. Muito menos representam qualquer recuperação que chegue próximo aos níveis de produção do período anterior da crise de Dilma/Temer, já que em março o volume produzido está 15,3% abaixo do que foi registrado em maio de 2011.

A produção das indústrias do Rio de Janeiro - onde o setor produtivo responde por 32,2% do PIB do Estado - teve perda de 3,7% apenas na passagem de fevereiro para março, segundo divulgado pelo IBGE. Outros recuos acentuados foram verificados na Bahia (-4,5%), Região Nordeste (-3,6%), Santa Catarina (-1,2%), Rio Grande do Sul

(-0,9%), Paraná (-0,9%) e Ceará (-0,2%).

Os números das indústrias de São Paulo (+2%) foram comemorados pelos entusiastas da política mentirosa de Henrique Meirelles. Contudo, essa pequena variação no fundo do poço em que se encontra a indústria paulista - a maior e mais dinâmica do país - ao menos garantiu a reposição do que foi perdido em termos de volume de produção nos dois primeiros meses de 2018: -3,8% (correspondente a queda de -3,3% em janeiro e de 0,5% em fevereiro, na comparação com os meses imediatamente anteriores).

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Candidato do PPL à Presidência Filho de Jango: 'cortes em C&T põem em risco o futuro da nossa ciência'

“A iniciativa da Academia Brasileira de Ciências (ABC), de divulgar um documento com propostas para enfrentar a grave crise por que passa a pesquisa científica no Brasil, é muito bem-vinda. Assim como também é bastante louvável a ideia de grupos de cientistas de procurarem entrar nos legislativos brasileiros, em todos os níveis, para lutar em prol de políticas de governo que valorizem a ciência e a tecnologia nacionais”, afirmou João Goulart Filho, ao comentar o encerramento da Reunião Magna da entidade, realizada nos dias 8, 9 e 10 de maio, no Rio de Janeiro.

“Os cortes feitos no setor de pesquisa nos últimos anos estão colocando em risco o futuro da ciência no Brasil”, alertou João Goulart Filho, que é pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL). Ele lembra que seu partido está preocupado com o tema e concorda com a denúncia da Academia de Ciências de que “a junção do Ministério da Ciência, da Tecnologia e da Inovação com as Telecomunicações, criando o MCTIC, deixou órfão o Sistema Nacional de C&T”. João Goulart destaca que “o país precisa ter uma política forte de investimentos neste setor. Para ele, a política de Ciência e Tecnologia tem que estar acoplada à melhoria da qualidade de vida da população e a um Projeto Nacional de Desenvolvimento”.

O pré-candidato citou o manifesto divulgado pelo grupo “Cientistas Engajados” para chamar a atenção para a gravidade da situação criada com os cortes feitos nos últimos anos. “Em 2017, o contingenciamento retirou 44% dos recursos orçamentários do MCTIC. O resultado final é que o repasse para C&T feito no ano passado no âmbito do ministério representou cerca de 25% do realizado no ano de 2010. Desde 2013, o investimento brasileiro em ciência e tecnologia vem caindo vertiginosamente. Isso colocou uma grande parte dos empreendimentos científicos nacionais sob o risco de descontinuidade”, denunciam João Goulart e os cientistas.

João Goulart Filho se somou aos cientistas também para lembrar que, apesar de, nos últimos anos o país produzir muitos artigos científicos, “o Brasil aumentou a transferência de recursos sob a forma de royalties, licenças de uso e da importação de bens de alta tecnologia”. “Para se ter uma ideia, os EUA recebem anualmente em torno de US\$ 100 bilhões por royalties e licenças de uso e o Brasil paga cerca de US\$ 20 bilhões”, observou. “Nós não podemos continuar investindo só 1% do PIB em Ciência e Tecnologia, enquanto países como a Coreia do Sul e a China, por exemplo, investem quase 4%. Precisamos evoluir, gradativamente, para, no mínimo, 3,5%”, propôs o representante do PPL.

Edson Fachin envia processo de Fernando Bezerra por corrupção para Sérgio Moro

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), enviou para o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, o inquérito em que o senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE) é denunciado por corrupção. Bezerra foi denunciado em 2016, pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O senador foi acusado de ter recebido, entre 2010 e 2011, pelo menos R\$ 41,5 milhões em propina das empreiteiras Queiroz Galvão, OAS e Camargo Corrêa, que atuaram nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Na época, o senador era secretário estadual. A decisão adotada na segunda-feira (7) segue o entendimento firmado pela Corte de restringir o foro privilegiado de deputados e senadores a casos envolvendo suspeitas de crimes praticados durante e em razão do mandato. “Essa circunstân-

cia evidencia a inexistência de causa apta a justificar a prorrogação da competência desta Suprema Corte para o processamento da ação penal”, escreveu Fachin na decisão em que enviou o processo a Moro. O ministro atendeu pedido da Procuradoria-Geral da República, que apontou a necessidade do caso ser analisado em Curitiba devido à relação com desvios na Petrobrás. “Os crimes causaram danos diretos ao patrimônio e à credibilidade da Petrobrás, inclusive mediante contratos superfaturados referentes à Refinaria do Nordeste”, afirmou a procuradora em parecer. A denúncia começou a ser julgada em dezembro do ano passado, quando Fachin e Celso de Mello votaram pela abertura de ação penal e Gilmar Mendes e Dias Toffoli pela rejeição. Diante do empate, Fachin suspenso o julgamento para aguardar o voto de Ricardo Lewandowski.

Gilmar Mendes pede vista e adia denúncia contra Agripino



Ele foi denunciado por corrupção, lavagem de dinheiro, documento falso

Operação da Lava Jato investiga esquema de propina de R\$ 200 milhões para PT e PMDB

Na 51ª etapa da Operação Lava Jato, batizada de “Déjà Vu”, a Polícia Federal cumpriu na terça-feira (08) cinco mandados de prisão. A ação investiga propina de R\$ 200 milhões ao PMDB/MDB, PT e ex-funcionários da Petrobrás por meio de fraude em contrato e contas no exterior. A Justiça expediu 23 mandados – quatro de prisão preventiva, dois de prisão temporária e 17 de busca e apreensão nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. O procurador da República, Roberson Henriques Pozzobon, disse que houve pagamentos de vantagens ilícitas para partidos, no caso, foram dois partidos, segundo as investigações, foram beneficiados, à época o PMDB, e o Partido dos Trabalhadores, disse. Os intermediários e agentes políticos vinculados ao PMDB viabilizaram o recebimento dessas vantagens ilícitas. São eles João Augusto Henriques e Angelo Tadeu Lauria. João Augusto já foi alvo de prisão em

operações anteriores, e Lauriafoi alvo de prisão na terça-feira. Conforme o Ministério Público Federal (MPF), a propina foi paga entre 2010 e 2012. Foram pagos, à época, US\$ 56,5 milhões. Atualmente, o valor equivale a R\$ 200 milhões. Aproximadamente US\$ 25 milhões foram repassados a ex-funcionários da Petrobrás e cerca de US\$ 31 milhões para agentes que se apresentavam como intermediários de políticos vinculados ao MDB e ao PT. As vantagens indevidas estão relacionadas a um contrato fraudulento de mais de US\$ 825 milhões, firmado em 2010 pela Petrobrás com a construtora Norberto Odebrecht para projetos de meio ambiente. Em seu depoimento, o ex-diretor da Odebrecht, Rogério Santos Araújo, disse que também foi procurado pelo operador João Augusto Henriques, já condenado, com solicitações de pagamento de vantagens indevidas ao PT e MDB. Segundo ele, foram pagos 8 milhões de dólares (cerca de R\$ 28,4

milhões) ao PT por meio do ex-tesoureiro João Vaccari Neto. O contrato era para a prestação de serviços de reabilitação, construção e montagem, diagnóstico e remediação ambiental, elaboração de estudo, diagnóstico e levantamentos nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde para a estatal em nove países, além do Brasil. O contrato, ainda segundo o MPF, foi usado pelo PT para “comprar o MDB”, segundo o colaborador Márcio Faria, ex-executivo da Odebrecht. “Há provas, em cognição sumária, de que vantagens indevidas foram pagas pela Odebrecht a agentes políticos do PMDB e do PT, especificamente Eduardo Cosentino da Cunha, Henrique Eduardo Alves e João Vaccari Neto, com intermediação de João Augusto Rezende Henriques e Angelo Tadeu Lauria”, escreveu Moro em despacho que autorizou os mandados cumpridos pela PF. Ler mais em www.horadopovo.org.br

SÉRGIO CRUZ

Geddel e o irmão Lúcio se tornam réus no STF

Sem espaço para marolas, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na terça-feira (8) manter na cadeia o ex-ministro Geddel Vieira Lima, preso desde setembro do ano passado no presídio da Papuda, em Brasília. A decisão foi unânime. Pouco antes, Geddel, que foi auxiliar de Lula, Dilma e Temer, o irmão e deputado federal Lúcio Vieira Lima, a mãe Marlucy Vieira Lima e outros dois acusados se tornaram réus no STF por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Votaram pela manutenção da prisão e pelo

recebimento da denúncia: Edson Fachin; Dias Toffoli; Ricardo Lewandowski; Gilmar Mendes e Celso de Mello. Relator do caso no STF, o ministro Edson Fachin disse em seu voto haver justa causa para aceitar a denúncia – durante o processo, os acusados poderão apresentar provas alegando inocência e chamar testemunhas para depor em suas defesas. Além de rejeitar contestações da defesa sobre a regularidade das investigações, o ministro frisou que há indícios suficientes para recebimento da acusação, sem antecipar juízo de culpa ou inocência da

família Vieira Lima. Na denúncia, a Procuradoria Geral da República (PGR) diz que os R\$ 51 milhões têm como possíveis origens propinas da construtora Odebrecht; repasses do operador financeiro Lúcio Funaro; e desvios de políticos do MDB. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse que estatais como Petrobras, Furnas e Caixa Econômica Federal tiveram prejuízo de ao menos R\$ 587,1 milhões. Só no banco, teriam sido desviados para propina R\$ 170 milhões pela ingerência de Geddel, segundo a PGR. Ler mais em www.horadopovo.org.br

STF nega recurso e decide manter Lula preso

Até o início da noite da quarta-feira (9), a maioria dos ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tinha votado a favor de rejeitar o recurso em que a defesa de Luiz Inácio Lula da Silva pede sua soltura. Lula está preso desde 7 de abril, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Votaram contra conceder liberdade a Lula os ministros Edson Fachin (relator), Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Faltam os votos de Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. O julgamento do recurso, que está sendo analisado pela Segunda Turma no chamado “julgamento virtual” – quando os votos dos ministros são incluídos no sistema do STF, começou dia 4 e tem até o final desta quinta-feira (10) para ser concluído. O resultado deve ser conhecido na sexta (11). Lula foi condenado a 12 anos e um mês de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) – segunda instância da Justiça responsável pela Operação Lava Jato. A condenação

se deu no processo relacionado ao triplex em Guarujá (SP). No início de abril, o STF negou um habeas corpus da defesa, abrindo caminho para a decretação da prisão, que ocorreu dia 5. Em 6 de abril, quando Lula ainda não tinha se entregado, a defesa apresentou um ação no Supremo, com pedido liminar para evitar sua prisão, que foi negado no dia seguinte pelo relator. A defesa recorreu dia 13. Em parecer, a Procuradoria Geral da República pediu a manutenção da decisão de Fachin. “[Respondi:] ‘Eu dei R\$ 1 milhão para campanha de Iberê.’” “Ele disse: ‘pois é, e tal, como é que você pode participar da nossa campanha?’” “Eu falei R\$ 200 mil. Disse: ‘tenho condições de lhe conseguir esse dinheiro já. Estou lhe dando esses R\$ 200 mil, na semana que vem lhe dou R\$ 100 mil’.” “Ele disse: ‘pronto, aí vai faltar R\$ 700 mil para dar a mesma coisa que você deu para a campanha de Iberê.’” “Para mim, aquilo foi um avi-

Estado para a JBS. Para seu irmão, Ciro Gomes, candidato a presidente pelo PDT, as acusações são “para me atingir”. “A JBS nem sequer tinha empresa no Ceará no período em que Cid era governador”, disse. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu enviar para a 1ª instância da Justiça Federal no Ceará a investigação contra ex-governador no âmbito da delação da JBS. A questão recebeu baixa no STF dia 3 de maio. Batista disse aos investigadores da Operação Lava Jato ter negociado a liberação de créditos de ICMS da empresa Cascavel Couros, do grupo JBS, em troca de doações para a campanha de Camilo Santana (PT) ao governo em 2014.

Cid Gomes processa Wesley Batista, dono da JBS, por calúnia e difamação

O ex-governador Cid Gomes (PDT) abriu processo contra o Wesley Batista, da JBS, por calúnia e difamação. Cid refutou as acusações vindas das delações da JBS e afirma nunca ter recebido “um centavo sequer” do grupo. O ex-governador destaca ainda que as acusações de Wesley não batem com o volume de recursos liberados pelo

Senador é acusado de receber propina de R\$ 1.15 milhão para manter contrato fraudulento de concessão na inspeção veicular

O processo do senador Agripino Maia (Dem-RN) por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e falsificação de documentos, paralisado na terça-feira (08/05) pelo ministro Gilmar Mendes, ao “pedir vistas”, tem aspectos muito edificantes. José Agripino Maia é presidente nacional do Dem. Mendes “pediu vistas” em uma ação que prescreve em junho (se a denúncia não for aceita pelo STF até junho, o processo será arquivado, e os culpados – inclusive Agripino – não poderão ser punidos). O caso, desde 2010, já apareceu na imprensa várias vezes, até no “Fantástico” da TV Globo.

Além disso, o voto do relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski, que aceitou a denúncia da Procuradoria Geral da República, é uma boa síntese das provas contra Agripino. Mesmo assim, Gilmar Mendes “pediu vistas”.

Para quê? Para estudar um processo já bastante conhecido, inclusive publicamente? Agripino, por sinal, já é réu no STF, por pedir e receber propina da OAS, no caso do estádio “Arena das Dunas”, em Natal – como mostraram as mensagens entre Agripino e o presidente da OAS, apreendidas no celular do último, e as planilhas apreendidas na GDF Investimentos, do dileiro Alberto Youssef, que entregava o dinheiro (cf. STF, Pet 5753, rel. ministro Luís Roberto Barroso, 06/10/2015).

Mas vejamos qual foi o processo que Gilmar Mendes paralisou na terça-feira.

Em setembro de 2010, Agripino pediu – e recebeu – R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) a George Anderson Olímpio da Silveira para “assegurar a manutenção e a execução de contrato de concessão de serviço público de inspeção veicular ambiental”, entre um consórcio de empresas e o Estado do Rio Grande do Norte.

Esse George Anderson era coordenador de um esquema de roubo no Detran/RN, mantido através de propinas – com destaque, entre os recebedores, para Agripino.

Era um esquema tão despuadorado, que seus integrantes resolveram “comprar uma lei” que obrigasse todos os carros do Estado a fazer inspeção veicular – inclusive os carros saídos da fábrica.

A propina foi tão eficiente que a lei foi aprovada sem qualquer discussão na Assembleia Legislativa e sem passar por qualquer comissão.

Mas foi essa lei que chamou a atenção do Ministério Público para a inspeção veicular no Rio Grande do Norte – e fez com que fosse desfechada a Operação Sinal Fechado, que estourou o esquema.

Em depoimento, George Anderson, depois de firmar um acordo de colaboração, contou que foi chamado por Agripino Maia, em 2010:

“Subimos para a parte de cima da cobertura de José Agripino e começamos a conversar e ele disse: ‘É George, a informação que nós temos é que você deu R\$ 5 milhões para campanha de Iberê [então governador, após a saída de Wilma Faria]’

“[Respondi:] ‘Eu dei R\$ 1 milhão para campanha de Iberê.’” “Ele disse: ‘pois é, e tal, como é que você pode participar da nossa campanha?’”

“Eu falei R\$ 200 mil. Disse: ‘tenho condições de lhe conseguir esse dinheiro já. Estou lhe dando esses R\$ 200 mil, na semana que vem lhe dou R\$ 100 mil’.”

“Ele disse: ‘pronto, aí vai faltar R\$ 700 mil para dar a mesma coisa que você deu para a campanha de Iberê.’”

“Para mim, aquilo foi um avi-

so bastante claro de que ou você participa ou você perde a inspeção. Uma forma muito sutil, mas uma forma de chantagem. R\$ 1,150 milhão foram dados em troca de manter a inspeção.”

Além de George Anderson, confessaram a participação no esquema Alcides Fernandes Barbosa e José Gilmar de Carvalho Lopes, conhecido como “Gilmar da Montana”.

Alcides Barbosa, um lobista de São Paulo, foi convidado para um encontro com Agripino pelo suplente deste no Senado, João Faustino Ferreira Neto, tucano muito próximo a José Serra (foi subsecretário da Casa Civil e assessor especial de Serra quando este foi governador de São Paulo).

“Gilmar da Montana” era um dos controladores do esquema que explorava a inspeção veicular. Todos os três depoimentos coincidem.

Mas aí aconteceu algo estranho, relatado pelo ministro Lewandowski na última terça-feira:

“Os autos sumiram depois de homologada a colaboração. Tive que refazer parte, com muito esforço. Isso durou vários meses, só agora pude trazer o voto.”

Ao mesmo tempo, apareceram provas ainda mais comprometedoras para Agripino – fornecidas por ele mesmo:

“... entre 10 de setembro e 31 de outubro de 2012, o senador José Agripino Maia usou, perante a Procuradoria Geral da República, documentos ideologicamente falsos, consistente em escrituras públicas nas quais George Anderson Olímpio da Silveira e um ex-parceiro comercial dele no negócio da inspeção veicular ambiental, José Gilmar de Carvalho Lopes, declararam falsamente não haverem repassado vantagens indevidas ao parlamentar e não terem conhecimento sobre algo relacionado a isso”.

Nessa época, Agripino conseguiu o cancelamento de um inquérito – até que a colaboração de George Anderson e Gilmar da Montana revelou que essas declarações, apresentadas em 2012, eram falsas.

Quando isso aconteceu, Agripino tentou outra vez o mesmo golpe:

“Em 03 de julho de 2015, José Agripino Maia, com o intuito de obter o arquivamento do Inquérito nº 4.011/DF, instaurado pelo STF, apresentou novamente à PGR documentos falsos, consistentes em declarações particulares de agiotas e de um parente do parlamentar, os quais afirmaram falsamente não terem disponibilizado os valores em espécie para repasse de propina”.

Dessa vez, Agripino fracassou em sua tentativa de cancelar o inquérito.

Por fim, existem as provas documentais e periciais. Por exemplo, este diálogo, ao telefone, entre o suplente de Agripino Maia e George Anderson:

GEORGE OLÍMPIO: *Mais 150... na última semana ele disse ‘George: eu preciso de você...’*

JOÃO FAUSTINO: *Você deu os 200... não foi?*

GEORGE OLÍMPIO: *Eu dei 300... em dinheiro...*

JOÃO FAUSTINO: *300... em dinheiro...*

GEORGE OLÍMPIO: *Em dinheiro...*

Depois que Gilmar Mendes pediu vistas do processo, disse o relator: “Ouso lembrar que leve em consideração a proximidade da prescrição”.

O lembrete é pertinente, uma vez que, por exemplo, o ministro Toffoli pediu vistas do processo sobre o direito dos servidores públicos à indenização por falta de revisão anual do salário, e levou quatro anos e meio para devolvê-lo, com o julgamento paralisado.

Gilmar Mendes garantiu que devolverá o processo de Agripino antes do prazo de prescrição.

CARLOS LOPES

STF envia para a Justiça de Minas um dos oito processos contra Aécio

Inquérito enviado pelo ministro Alexandre de Moraes investiga o recebimento de R\$ 5,2 milhões em propinas quando o tucano era governador de MG

O Supremo Tribunal Federal (STF) enviou um dos oito inquéritos contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) na Corte para a primeira instância da Justiça de Minas Gerais, nesta terça-feira (8), após a Corte ter aprovado a restrição do foro privilegiado a senadores e deputados.

O inquérito do tucano foi encaminhado para a Justiça Criminal Estadual de Primeiro Grau da Comarca de Belo Horizonte, para "regular e livre distribuição", conforme determinado pelo ministro Alexandre de Moraes.

O processo investiga desvios nas obras da Cidade Administrativa, sede do governo mineiro, em 2007, quando Aécio era governador de Minas. O inquérito foi aberto com base na delação premiada dos executivos da empresa Odebrecht, Sérgio Luiz Neves, superintendente da Odebrecht em Minas, e Benedito Barbosa, ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura.

Eles relataram ao Ministério Público que Aécio organizou um esquema para fraudar a licitação para as obras da Cidade Administrativa, "mediante organização de um cartel de empreiteiras". Segundo as investigações, a propina para o governador seria de 3% do valor das obras, que em reais representa o repasse de R\$ 5,2 milhões em propina ao tucano. Aécio ainda é alvo de outros sete inquéritos no STF e figura como réu em uma ação penal, desdobramento da Lava Jato.

A decisão de Moraes se deu a partir do entendimento do STF de restringir o foro privilegiado para deputados federais e senadores, que só deve valer para os crimes cometidos no exercício do mandato e em função do cargo, possibilitando assim que crimes como os que Aécio é investigado possam ser julgados pela justiça comum, sem privilégios por ser político. Em primeira instância a pressão popular para garantir a lisura do processo e que crimes do colarinho branco não passem impunes será fundamental.

OUTROS CASOS

Além do caso de Aécio, Moraes enviou para outras instâncias da Justiça sete investigações.

Dentre elas está à ação penal

que investiga Roberto Góes (PDT-AP), na qual o deputado já responde como réu, por crime de responsabilidade, associação criminosa, falsificação de documento público, desobediência a decisão judicial, lavagem de dinheiro e dispensa de licitação na área de transporte público, enquanto foi prefeito de Macapá, entre 2009 e 2012. O processo será enviado à 4ª Vara Criminal da Comarca de Macapá, onde já tramita desde 2015 e as decisões já tomadas no processo de coleta de provas serão mantidas.

O ministro Marco Aurélio Mello também retirou 21 ações do STF e enviou às primeiras instâncias. Entre elas ações que envolvem os senadores Jader Barbalho (MDB-PA) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), investigados por irregularidades na prestação de informações do Imposto de Renda, dispensa de licitação na época em que comandava a Prefeitura de Petrolina, respectivamente. O caso de Barbalho será encaminhado à Justiça Federal do Pará; o de Fernando Bezerra Coelho, à Justiça Federal de Pernambuco.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) também teve inquérito enviado à primeira instância por envolvimento em esquema de compra de votos nas eleições de 2006, quando era governador de Rondônia. O processo foi para a Justiça Eleitoral de Rondônia.

Os inquéritos de Marco Aurélio que sairão do STF também atingem deputados federais, entre eles Erika Kokay (PT-DF), Alfredo Kaefer (PP-PR) e Adriano Eli Corrêa (DEM-SP), entre outros.

Na segunda-feira (7), Celso de Mello já havia enviado um inquérito que investiga condutas do deputado federal Tiririca (PR-SP) por suposta prática do crime de assédio sexual para a Justiça em São Paulo, por não ter relação com o cargo que o parlamentar ocupa.

Somados, ao menos 44 processos foram remetidos à primeira instância até agora pelos ministros do STF. Além dos baixados por Marco Aurélio, foram divulgados até o momento nove processos remetidos pelo ministro Dias Toffoli; sete por Alexandre de Moraes; três por Luís Roberto Barroso; dois por Celso de Mello; e dois por Edson Fachin.

Defesa do Consumidor entra na Justiça contra reajustes abusivos dos planos de saúde individuais

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ingressou na Justiça com uma Ação Civil Pública pedindo a suspensão do reajuste dos planos de saúde individuais e familiares, de 2018/2019, que seria divulgado nas próximas semanas pela Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS).

A ação usa como base o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a política de aumento de preços dos planos. Segundo a auditoria do tribunal há falhas, distorções, abusividade e falta de transparência na metodologia usada pela ANS para determinar o aumento dos planos individuais. Atualmente 9,1 milhões de usuários de planos de saúde têm contratos individuais.

Para o cálculo, a ANS toma como base a média do aumento de mensalidade em planos coletivos com mais de 30 integrantes, que tem 38,3 milhões usuários no país. Parte do problema apontado pelo TCU, é que os reajustes dos coletivos, são informados pelas próprias operadoras à ANS e não são checados ou validados de forma adequada pela agência.

Um dos fatores de maior distorção seria o uso, a partir de 2009, de um fator chamado "impacto de fatores exógenos", aplicado sobre a média do

reajuste de planos coletivos. Esse fator seria usado para corrigir os custos relacionados à atualização periódica da lista de procedimentos mínimos, fixada pela ANS com diagnósticos e tratamentos que operadoras são obrigadas a ofertar a seus clientes.

Durante o voto no relatório, o ministro do TCU Benjamin Zymler afirmou que "se os planos individuais são reajustados, grosso modo, pela média ponderada dos reajustes aplicados sobre os planos coletivos - os quais, naturalmente, já consideram os efeitos de eventual atualização do rol de procedimentos e eventos -, acrescer a essa média o impacto da atualização do rol significa, a princípio, computá-lo duas vezes".

O Idec também pede que seja estabelecida uma nova metodologia para o cálculo do aumento das mensalidades, e, até que isso ocorra, que as mensalidades sejam atualizadas apenas pela variação da inflação. Além disso, o Instituto pede que os valores pagos a mais pelos usuários dos planos individuais sejam devolvidos de forma diluída em três anos.

A ANS afirmou em comunicado "que não foi notificada a respeito da referida Ação Civil Pública e que, portanto, não irá se manifestar sobre o tema".



Processo investiga esquema de desvios nas obras da Cidade Administrativa

Votação de PL que diminui controle sobre pesticidas é adiada em Comissão na Câmara

Em sessão tumultuada, uma comissão especial da Câmara dos Deputados não conseguiu votar o projeto de lei 6299/2002 que afrouxa o controle do uso de agrotóxicos no país. A proposta original foi apresentada em 2002 pelo então senador Blairo Maggi, do Progressistas, que hoje é o ministro da Agricultura. Profissionais da área de saúde e ambientalistas denunciam que o projeto pretende diminuir o controle do governo sobre o uso de pesticidas no país, que já é o maior consumidor do mundo.

Na reunião da comissão, na última terça-feira (8), o relator Luiz Nishimori (PR) defendeu a substituição da atual lei dos agrotóxicos afirmando que a legislação está defasada e impõe "muita burocracia" ao setor. Para ele a liberação dos pesticidas deveria ser facilitada. Hoje, o processo é centralizado pelo Ministério da Agricultura, que libera o uso de agrotóxicos após análise e pareceres da Anvisa e do Ibama.

O projeto de lei abre a possibilidade de registro de substâncias que tenham características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, ou provoquem distúrbios hormonais e danos ao sistema reprodutivo. A proibição de registro é substituída pela expressão "risco inaceitável" para os seres humanos ou para o meio ambiente, o que na prática autoriza o registro

em situações em que o uso permanece inseguro mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco.

O pesquisador da Fiocruz, Guilherme Franco Netto, afirma que as mudanças propostas são um perigo à saúde de quem trabalha no campo e também dos consumidores. "Os agrotóxicos têm na sua conformação substâncias químicas que são agressivas a saúde humana e ao meio ambiente, isso já é uma comprovação de largo conhecimento e produção na literatura científica internacional", explica.

A proposta também define que os agrotóxicos passem a ser chamados de "defensivos fitossanitários" e dispensa os vendedores de advertir os consumidores sobre os malefícios decorrentes do uso de agrotóxicos, o que é inconstitucional.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), em nota técnica, "a eventual substituição pelo termo 'fitossanitário' visa estabelecer um caráter inofensivo a substâncias que, manifestamente, não o são".

Já Marina Lacórtre, do Greenpeace, desataca que "do jeito que o projeto está vamos comer ainda mais veneno do que já comemos diariamente. O que temos hoje como lei, confere uma certa proteção para a sociedade, falta fiscalização e falta controle, mas a lei confere uma proteção. Esse novo pacote vai tirar absolutamente e vai nos deixar mais expostos aos agrotóxicos".

Com aproximadamente 40% do legislativo, a banca-

da ruralista, maior interessada na aprovação do PL, não conseguiu arrancar um acordo na comissão. O relator não conseguiu apresentar a proposta já que houve pedido de vista coletivo, adiando a discussão e a votação para a próxima semana.

REALIDADE

Nos países europeus, atualmente, a água potável pode conter 0,1 miligramas por litro de glifosato (o herbicida mais vendido no mundo), enquanto no Brasil, o limite é 5 mil vezes maior. No caso do feijão e da soja, por exemplo, a lei brasileira permite o uso no cultivo de quantidade 400 e 200 vezes superior ao permitido na Europa.

Aqui, todos os anos são utilizados 7,3 litros de agrotóxico por habitante. Em 2017, de acordo com um estudo da Fiocruz, houveram 11 registros de intoxicação por dia, e, pelo décimo ano consecutivo, o Brasil foi o primeiro no ranking de maiores consumidores de agrotóxicos.

Ainda segundo o estudo 164 pessoas morreram após entrar em contato com a substância e 157 ficaram incapacitadas para o trabalho, isso não contabilizando as intoxicações que evoluíram para doenças crônicas, como câncer e impotência sexual. Também entrou na conta a subnotificação, que a Organização Mundial da Saúde estima que seja de 50 casos reais para cada um registrado.

Polícia deflagra operação que investiga desvio de recursos da merenda escolar

A Polícia Federal realizou nesta quarta-feira (9), em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), uma operação para desarticular cinco grupos criminosos suspeitos de desviar recursos da União. Esse dinheiro tinha como destino a merenda de mais de 40 municípios do s estados de São Paulo, Paraná, Distrito Federal e Bahia. Existem indícios do envolvimento de 13 prefeitos e 4 ex-prefeitos na operação intitulada como Prato Feito.

A investigação começou após o Tribunal de Contas da União perceber os desvios em licitações relacionadas a merenda. Empresas que já eram investigadas pelo Ministério Público são citadas na operação desta quarta.

Estão sendo investigados 65 contratos suspeitos na

área da educação que somam R\$ 1,6 bilhão e que estão relacionados a 5 núcleos empresariais. Entre estas empresas estavam o Grupo Bueno e o Grupo Coan, que atuavam junto ao ERJ, grupo ligado a Geraldo J. Coan & Cia, o empresário da Máfia da Merenda. 154 mandatos de busca foram cumpridos.

De acordo com a Polícia Federal, os grupos criminosos agriam contactando prefeitos por meio de lobistas, para direcionar licitações que usavam recursos federais. Esses contratos eram feitos para fornecer merenda escolar, uniformes, material didático e outros serviços a escolas municipais. Todas as medidas foram expedidas, a pedido da PF, pela 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo e pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região

"O que é chocante são os registros na inexecução contratual da merenda escolar. Nós tivemos registro, ao longo destes anos, do fornecimento de lanche para uma criança de uma bolacha maisena com leite diluído, suco substituindo o leite", disse a delegada Melissa Maximino Pastor. "Temos áudio de empresários que falavam 'cor ta carne, fornece ovos todos os dias para estas crianças'", afirmou a delegada.

No total, 85 pessoas estão sendo investigadas: além dos prefeitos e ex-prefeitos, 1 vereador, 27 agentes públicos e outras 40 pessoas da iniciativa privada. Se condenados irão responder os crimes de fraude de licitação, associação criminosa, corrupção ativa e passiva, com penas que chegam a 12 anos de prisão.

Testemunha expõe detalhes que ligam vereador e milícia a assassinato de Marielle

Uma nova testemunha ouvida no caso de Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, assassinados a tiros no dia 14 de março, revelou em seu depoimento que o vereador Marcello Siciliano (PHS) e Orlando Oliveira de Araújo, ex policial militar preso sob acusação de comandar uma milícia na Zona Oeste, queriam a morte da vereadora.

O homem que trabalhou para uma das maiores milícias do Rio de Janeiro, procurou a Superintendência da Polícia Federal para, em troca de proteção, denunciar o envolvimento do vereador e do ex-policial militar. Nos depoimentos, ele deu informações sobre datas, horários e locais de reuniões entre o vereador e o miliciano, que hoje está preso em Bangu 9. Ele também forneceu detalhes de como a execução foi planejada.

A testemunha depois ao chefe da Polícia Civil, delegado Rivaldo Barbosa, e afirmou ter presenciado ao menos quatro conversas entre o político e o ex-policial, que segundo ele, ainda chefiava uma milícia na Zona Oeste do Rio. Ele também entregou o nome de quatro homens que teriam sido escolhidos para o assassinato, agora investigados pela polícia. O depoente afirmou que, em junho do ano passado, testemunhou um encontro entre o vereador e o ex-PM em um restaurante na Avenida das Américas, no Recreio dos Bandeirantes, cujo nome foi fornecido aos policiais. Ele disse que ouviu os dois falando sobre Marielle. "Eu estava numa mesa, a uma distância de pouco mais de um metro dos dois. Eles estavam sentados numa mesa ao lado. O vereador falou alto: 'Tem que ver a situação da Marielle. A mulher está me atrapalhando'. Depois, bateu forte com a mão na mesa e gritou: 'Marielle, piranha do Freixo'. Depois, olhando para o ex-PM, disse: 'Precisamos resolver isso logo'", afirmou a testemunha, referindo-se a uma menção feita ao deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), de quem Marielle foi assessora durante a CPI das Milícias, na Assembleia Legislativa do Rio.

Na época desta reunião, o ex-PM já era foragido da Justiça. Ele tinha dois mandatos de prisão, e, em outubro, foi preso numa operação da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais (Draco-IE), da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança. A testemunha afirmou que o vereador e o ex-PM têm negócios em conjunto na Zona Oeste. Em seus depoimentos, o delator ainda mencionou os nomes de pelo menos 15 pessoas, incluindo policiais, bombeiros e empresários, que seriam integrantes do grupo comandado pelos dois. O Siciliano é quem dá o suporte financeiro a várias ações da milícia, de acordo com o depoimento. "O ex-PM era uma espécie de capataz do vereador, que passou a apoiar a expansão do grupo. Pelo que sei, era apoio político, mas ouvi comentários de que a milícia agia em grilagem de terras na Zona Oeste, especialmente no Recreio dos Bandeirantes".

O motivo da testemunha ter todas estas informações é porque, por cerca de dois anos, foi obrigado a trabalhar para o miliciano, depois que ele tomou a comunidade onde o delator instalava equipamentos de TV a cabo. Segundo ele, depois de ser ameaçado de morte, foi coagido a trabalhar para Orlando. "Fui coagido: ou morria ou entrava para o grupo militar. Vi uma espécie de segurança dele. Também ficava responsável por levar o filho para a escola; acompanhava a mulher de Orlando para compra em shoppings", disse.

Ainda de acordo com ele, a desavença entre o vereador e Marielle foi motivada pela expansão das ações comunitárias da parlamentar do PSOL na Zona Oeste e sua crescente influência em áreas de interesse da milícia, mas que seriam controladas pelo tráfico. Uma das brigas, segundo a testemunha, envolvia comunidades em Jacarepaguá. A testemunha explicou ainda que o ex-PM é dono da comunidade Vila Sapê, em Curicica, que trava uma guerra com os traficantes da Cidade de Deus. Segundo a testemunha, a vereadora passou a apoiar os moradores da Cidade de Deus e comprou briga com o ex-PM e o vereador, que tem uma parte do seu reduto eleitoral na região.

"Ela peitava o miliciano e o vereador. Os dois chegavam a travar uma briga por meio de associações de moradores da Cidade de Deus e da Vila Sapê. Ela tinha bastante personalidade. Peitava mesmo", revelou. Orlando era o braço operacional do vereador na Zona Oeste. O vereador continuou a contar com o apoio da quadrilha mesmo depois que o miliciano foi preso ano passado.

A testemunha entra em detalhes ainda mais profundos no depoimento, ao contar que um mês antes do atentado à vereadora, o miliciano teria dado a ordem para o crime de dentro da cela de Bangu 9. Primeiro mandou que homens de sua confiança providenciassem a clonagem de um carro. O serviço teria sido feito por dois homens identificados nas investigações. Já clonado, o Cobalt prata foi visto circulando antes do crime próximo ao campo de futebol na comunidade da Merk, na Zona Oeste, controlada pelo ex-PM. A testemunha afirmou que um homem identificado como Thiago Macaco foi encarregado de fazer o levantamento dos hábitos da vereadora: onde ela costumava ir, o local que frequentava e os trajetos que Marielle usava ao sair da Câmara de Vereadores.

Após os depoimentos, a Secretaria de Segurança determinou que a Polícia Civil dê proteção à testemunha.

O Vereador Marcello Siciliano (PHS) nega ter envolvimento com o crime.

Servidores de Florianópolis decidem manter greve após chantagem de prefeito na TV

Os servidores de Florianópolis aprovaram em assembleia na tarde desta terça-feira, 8, manter a greve da categoria pelo cumprimento dos acordos de reajustes salariais e contra as medidas privatistas da prefeitura. “A paralisação continua até que o prefeito Gean Loureiro (PMDB) demonstre interesse real em negociar com os trabalhadores”, defenderam os trabalhadores.

Depois de privatizar serviços públicos, deixando creches e unidades de saúde nas mãos de Organizações Sociais (OS), ordenar que a PM reprimisse manifestantes e ameaçar mais de mil trabalhadores de serem demitidos, o prefeito foi para a televisão e redes sociais chantagear os servidores municipais na tentativa de acabar com a forte greve da categoria.

A propaganda da prefeitura convoca os servidores a deixarem a greve e as pautas de lado para garantirem a integridade de seu salário. A chantagem é evidente. “Diante do insucesso nas negociações com o sindicato, a prefeitura quer negociar o fim da greve diretamente com você, servidor. Que é quem tem sido afetado com o desconto no salário por conta de uma greve ilegal”. Na chantagem, o prefeito prometeu que faria os pagamentos integralmente aos que comparecessem na segunda-feira (07), mas descontaria cinco dias, distribuídos em cinco meses. Além disso, disse que irá fazer a reposição relativa à inflação e um aumento de 5% no vale refeição.

No vídeo, a prefeitura parece ter se esquecido do calote que deu nos servidores. Alegando não ter dinheiro, a prefeitura deixou de fazer o reajuste real de 1%, ou seja, acima da inflação, em 2017 e em 2018, que havia sido acordado anteriormente. Além disso, a proposta de reajuste no vale refeição era de apenas R\$ 1,00, para servidores de oito ou seis horas diárias.

Toda essa propaganda parece ser mais uma jogada desesperada do intransigente e privatista Gean Loureiro (PMDB). Há menos de duas semanas, o prefeito ameaçou demitir mais de mil trabalhadores que foram contratados com contrato temporário, o que, claramente, é uma agressão ao direito de greve, que é garantido pela Constituição.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (Sintrasm), René Munaro, fez um vídeo em resposta às chantagens. “Nossa greve não é ilegal. Quem é ilegal é o prefeito, que fez um acordo coletivo ano passado e não cumpriu. Não cumpriu não só a parte econômica, mas também cláusulas que não tinham um centavo, como comissões para discutir auxiliar de sala, agente de saúde e saúde do trabalhador”, afirma René.

Desde 2017, o Sintrasm vem denunciando que o prefeito se escora na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para não cumprir seus acordos. “O governo que diz não ter dinheiro para pagar a reposição da inflação ou para pagar o que foi acordado na data base de 2017 e que precisava de OS para o serviço público, mas tem dinheiro para fazer propaganda chantageando os trabalhadores”, disse o dirigente sindical. René completa dizendo que mesmo na chantagem, os trabalhadores que aderiram à greve seriam penalizados com o desconto de cinco dias no salário.

O Sindicato vai se movimentar para garantir a coesão dos trabalhadores em torno da greve. “Começamos essa greve juntos, e vamos acabar juntos. O que Gean quer é acabar com a nossa unidade”.

A categoria iniciou a greve no dia 11 de abril tendo como reivindicação principal a retirada do chamado “Projeto das OS’s”, que entrega o serviço público de creche e saúde à gestão privada de Organizações Sociais (OS). O projeto foi tramitado e votado sob caráter de “urgência urgentíssima” na Câmara de Vereadores no dia 21 de abril, durante protesto com mais de seis mil servidores. A PM e a Guarda Municipal (GMF) reprimiram a manifestação usando bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e seus cassetetes para que os vereadores pudessem aprovar a privatização sem se confrontar com a opinião pública. O prefeito sancionou o projeto no dia 26.

Juiz do Trabalho: ‘Nosso dever é julgar à luz da Constituição’



Presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, durante o Congresso

Mais de 1600 juizes do trabalho assinam moção de repúdio a Ives Gandra: “persona non grata”

Juizes do trabalho de todo o país, presentes no Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho, no último sábado, 5, aprovaram uma moção de repúdio ao ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Filho, que foi declarado persona non grata à magistratura trabalhista.

A Carta de repúdio foi em resposta à declaração de Ives Gandra publicada ao jornal Folha de S.Paulo, que diz: “Se esses magistrados continuarem se opondo à modernização das leis trabalhistas, eu temo pela Justiça do Trabalho. De hoje para amanhã, podem acabar com [a Justiça do Trabalho]”.

A declaração foi feita enquanto os magistrados se reuniam no maior congresso da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que aprovou diretrizes de combate às inconstitucionalidades presentes na reforma trabalhista, e foi considerada uma afronta pelos mais de 1600 juizes que assinaram a Carta.

Logo após a declaração, a Anamatra já havia se manifestado sobre a declaração, afirmando que “relacionar o posicionamento jurídico dos magistrados com a extinção da Justiça do Trabalho atenta contra sua independência funcional e, por conseguinte, contra o Estado Democrático de Direito”.

Leia a íntegra da Carta aberta a Ives Gandra da Silva Martins Filho:

“A sua afirmação de que a resistência à aplicação da chamada “reforma” trabalhista será a razão para o fim da Justiça do Trabalho é muito grave para que fique sem resposta.

Ao inocular o medo do fim da Justiça do Trabalho, imputando a responsabilidade pelos ataques que esse ramo do direito vem



Carta de repúdio recebeu mais de 1.600 adesões

sofrendo àqueles que lutam justamente por sua sobrevivência e resistem a um texto legal que subverte sua razão de existência, o que se faz é tentar compelir magistrados trabalhistas a julgarem em desacordo com a ordem constitucional vigente e com sua independência.

Trata-se, em verdade, de uma ameaça: a de que a Justiça do Trabalho será extinta pelo fato de os juizes e juizas do trabalho cumprirem sua obrigação de não aplicar o puro texto da Lei 13.467/2017, sem filtrá-la a partir dos parâmetros constitucionais. E feita justamente enquanto a magistratura do trabalho da Justiça do Trabalho atenta contra sua independência funcional e a aplicação das alterações promovidas na CLT, negando, portanto, a importância da construção coletiva e democrática do direito.

Ocorre que o resultado concreto é inverso, pois não haverá sentido para que exista uma Justiça do Trabalho se sua função for meramente a de aplicar, fora de qualquer interlocução jurídica, um “código empresarial” nitidamente inconstitucional. Não haveria razão para a existência de uma Justiça do Trabalho de viés punitivo, que amedrontasse testemunhas e impedisse o exercício regular do direito de petição.

Não aceitaremos ameaças. Se aplicássemos a Lei n. 13.467/2017, especialmente para o efeito de obstar o acesso à justiça, faríamos com que a Justiça do Trabalho perdesse sua razão de existir.

Não há sentido para uma Justiça do Trabalho inacessível a demandas legítimas de trabalhadores e trabalhadoras.

Não é tolerável que se dissemine um discurso que responsabiliza a vítima por seu próprio sofrimento. Não somos ingênuos. O movimento pela extinção da Justiça do Trabalho tem íntima relação com a intenção e a prática dos autointitulados “pais” da “reforma”.

Todas as leis são interpretadas e aplicadas a partir de um filtro constitucional. Não há novidade nisso.

As ameaças não afetarão juizes e juizas, advogadas e advogados, procuradores e procuradoras do trabalho, servidoras e servidores e todos aqueles e aquelas que militam por uma sociedade em que os direitos sociais, notadamente os trabalhistas, sejam efetivos.

05 de maio de 2018.”

Presidente da Associação dos Juizes do Trabalho concedeu entrevista ao HP

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, concedeu entrevista ao HP, nesta quarta-feira, e falou sobre a importância da resistência à reforma trabalhista, reafirmada no congresso da entidade, no último final de semana, que reuniu centenas de juizes de todo o país. Para Feliciano, “com a reforma trabalhista, a Constituição está sendo flagrantemente rasgada”.

Em seu Congresso, a entidade aprovou uma série de decisões no que se refere à aplicação da reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017), considerando especialmente as lacunas e inconstitucionalidades presentes na lei.

Para Feliciano, “o juiz do trabalho, a exemplo de todos os demais juizes do país, não deve, como também não pode, fazer sempre uma interpretação literal da lei. Pelo contrário, nós temos uma hierarquia de normas no Brasil e no ápice está a Constituição. Portanto, o juiz do trabalho, como todos os juizes do país, ao apreciar a lei da reforma trabalhista, terá de fazê-lo à luz da Constituição”, explicou em entrevista ao HP.

O magistrado ressaltou que não se trata de rebeldia ou desobediência civil – como alguns alardearam recentemente, inclusive o ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Filho, o qual declarou que “se esses magistrados continuarem se opondo à modernização das leis trabalhistas, eu temo pela Justiça do Trabalho”. Feliciano esclarece que trata-se apenas do próprio trabalho dos juizes: “isto é do dever do juiz”, rebate. No Congresso foi aprovada uma carta de repúdio a Ives Gandra respondendo às acusações do ex-ministro. (Leia Aqui).

Feliciano explica que essa “reforma” foi feita “açodadamente”: “A reforma não foi discutida suficientemente com a sociedade civil. Inclusive com a sociedade civil organizada, ou seja, com sindicatos, associações de juizes, de membros do ministério público, etc. Ela tramitou por apenas quatro meses e o resultado foi uma lei que tem lacunas, que tem contradições internas e inconstitucionalidades”.

Dentre os principais problemas, o magistrado aponta a precariedade dos contratos de trabalho instituídos pela

nova lei. “O contrato intermitente, a tempo parcial, a terceirização da atividade fim das empresas, autônomo exclusivo... a reforma apostou nestas novas modalidades, basicamente com a lógica de que se eu baratear o custo de trabalho eu aumento o emprego, o que é uma premissa falsa até mesmo na perspectiva liberal da economia. O empresário não olha para o mercado de trabalho e pensa ‘está baratinha a hora de trabalho, então eu vou contratar’, se não houver demanda. Então, baratear a força de trabalho sem criar condições para a economia crescer é simplesmente comprometer a proteção social que a legislação garante ao trabalhador, sem nenhum ganho do ponto de vista econômico”, explica o presidente.

Na questão da gratuidade do acesso à Justiça – que é restringida pela reforma, ao obrigar o trabalhador vencido a pagar honorários periciais mesmo em caso de beneficiário de justiça gratuita – bem como no pagamento dos honorários pelas partes vencidas, Feliciano caracterizou como formas de “provocar medo nos trabalhadores”. “São barreiras econômicas para que o trabalhador possa ter acesso à Justiça do Trabalho”. Tanto que houve uma diminuição em 45% dos processos trabalhistas na comparação com 2017 (antes da reforma), justamente porque o trabalhador tem medo: “são trabalhadores que estão com medo de litigar em função das barreiras econômicas criadas, o que é lamentável”.

Ele defende que “a Constituição diz que a assistência judiciária gratuita para o pobre deve ser integral. Ora, se o trabalhador é condenado e tem de pagar os honorários da empresa com os créditos que ele ganha no próprio processo, mesmo sendo pobre, essa assistência não é gratuita e muito menos integral. Ele está pagando com os créditos. Então a Constituição está sendo flagrantemente rasgada”.

Ao final, o magistrado lembra que existem atualmente no STF “21 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) contra ela, deve ser um recorde”, afirmou.

Nesta quarta-feira, o SFT julga a ADI 5766 que julga a inconstitucionalidade do pagamento de honorários periciais e advocatícios de sucumbência pelo beneficiário da justiça gratuita.

ANA CAMPOS

Audidores condenam PL que eleva alíquota de servidor à Previdência

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (AN-FIP), Floriano Sá Neto, participou de audiência pública no Senado, na última segunda-feira, 7, para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) 395/17, de autoria do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), que eleva alíquota da Previdência de servidores públicos.

Para Floriano, o projeto é um “absurdo”, pois traz de volta pontos que seriam alterados com a reforma da Previdência. O projeto eleva a alíquota dos servidores públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais, de forma progressiva, no caso de déficit comprovado no Regime Próprio da Previdência Social (RPPS). No caso dos salários mais altos, a contribuição atingiria 22%. “Quem acha que a reforma da Previdência está parada, esquece; temos aqui um exemplo de que ela não parou.” disse Floriano. “É como se esse fosse um projeto de lei clandestino. Uma reforma da Previdência urdida nos bastidores com interesses dos mais diversos possíveis”, acrescentou.

A Subsecretaria do Regime Geral de Previdência emitiu uma nota técnica na qual deixa claro que é contra o Projeto de Lei. Como explicou Floriano, a

nota afirma que esse modo de compensação entre os regimes “contraria os interesses da Previdência Social”.

Nesta terça-feira, 8, auditores do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindicato Nacional) visitaram o gabinete do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator do PLS. Os Auditores Fiscais entregaram ao senador uma Nota Técnica elaborada pela Diretoria de Estudos Técnicos do Sindifisco, demonstrando a ilegalidade da medida.

“Esta alteração na legislação vigente é extremamente nociva ao servidor público não apenas porque reduz sua remuneração líquida, como também porque atribui a ele a responsabilidade de arcar com o equilíbrio financeiro dos RPPS”, alerta a Nota, enfatizando as alíquotas crescentes impostas aos servidores ao longo dos anos e detalhando a inconstitucionalidade da nova proposta. “Como é assente na jurisprudência do STF, além da vedação à utilização da progressividade quando não existir previsão constitucional, a incidência progressiva da contribuição previdenciária sobre os servidores públicos viola o Princípio do Não Confisco”, conclui o estudo.

Comunidade do Bixiga organiza mobilização em defesa do Parque e em combate à especulação imobiliária

Moradores do Bixiga, bairro do centro de São Paulo, se reuniram novamente, na última terça-feira (8), para organizar a comunidade em defesa do Parque do Bixiga e no combate à forte especulação imobiliária na região.

O projeto do Parque circula na Câmara de Vereadores no PL 805/2017 e diz respeito a um terreno com mais de 11 mil metros quadrados. Silvio Santos, que é o proprietário, pretende construir um condomínio de prédios, mas a comunidade vem se posicionando contra a medida.

Para Rodrigo Minhoca, coordenador da Casa Mestre Ananias, tradicional casa popular de cultura baiana do bairro, onde foi realizada a reunião, se o condomínio vier a ser construído, não vai mais haver a questão da área de lazer, do verde. Além disso, a construção e as consequentes valorizações do bairro e aumento do custo de vida, acabariam por expulsar os atuais moradores do bairro, que hoje vivem em



Reunião na Casa Mestre Ananias, nesta terça

o Esfarrapados. Tem uma comunidade, fortalecida e aguerrida, mas não temos um espaço de convivência, uma área verde onde podemos levar nossos filhos aos finais de semana para pisar na grama, soltar uma pipa ou jogar bola”.

Também estiveram presentes, diretores da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), e Fabiano Pavo, coordenador do Projeto de Capoeira na entidade.



PMs e Bombeiros de Alagoas rejeitam que reajuste salarial seja parcelado

Policiais militares e Bombeiros de Alagoas recusaram, mais uma vez, a proposta de reajuste salarial, que não atingiu nem metade do que é exigido. Estão paralisados os serviços de Força Tarefa e da Ronda no Bairro.

A categoria tem exigido a equiparação de salários com os delegados de Polícia, o que significaria um aumento de 29%. Porém, a mais recente proposta apresentada pelo governo do Estado atinge 12% parcelados até 2022. Os reajustes aconteceriam em quatro anos, sendo 5% em 2019 e mais 5% em 2020, e 1% em 2021 e 1% em 2022. Os trabalhadores querem, no mínimo, a proposta de 12% para aplicabilidade em janeiro de 2019, porém o Governo

não aceita dar esse percentual de uma vez.

“Não teria lógica a gente ficar preso daqui a quatro anos para receber 1%. Por enquanto, a nossa mobilização continua e a tropa está agindo dentro de operações de legalidade, ou seja, tudo aquilo que a lei nos ampara pra fazer”, disse Camila Paiva, tenente-coronel do Corpo de Bombeiros. “Nós sabemos que os índices vêm aumentando em decorrência dessa desvalorização dos militares de Alagoas”, acrescentou.

Tanto os Bombeiros quanto os Policiais sentem que a desvalorização de seus serviços não diz respeito somente a suas próprias condições financeiras, mas é uma questão de segurança pública.

63% dos norte-americanos são contra romper Tratado com o Irã

63% dos estadunidenses condenaram a decisão anunciada por Donald Trump, na última terça-feira, de se retirar do Acordo com o Irã, sob o falso pretexto de que o país persa estaria desenvolvendo programa nuclear militar. Enquanto isso, somente 29% defendem a posição do governo, aponta pesquisa da CNN.

Trump criticou reiteradas vezes o Acordo com o Irã, que além da chancela dos termos teve a certificação do seu pleno cumprimento pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento foi assinado na gestão do ex-presidente Barack Obama.

Os partidários mais firmes da retirada do tratado são os republicanos (51% são favoráveis a que os EUA abandonassem), os conservadores (47%) e os que aprovam o trabalho feito por Trump na presidência (46%).

O apoio para permanecer no acordo chega inclusive a chamar a atenção quando se sabe que 62% dizem acreditar que o Irã violou algum dos seus termos; 19% afirmam que o Irã não violou nenhum termo e a mesma proporção diz não ter opinião.

Entre a minoria que acha que Trump está conduzindo bem a presidência, 80% tende a dizer que o Irã violou os termos do acordo, enquanto que 30% dos democratas são mais propensos a dizer que o Irã não violou esses termos.



Líderes se reuniram em Dalian, China Kim e Xi Jinping fortalecem aliança Coreia Popular-China

O presidente da China Xi Jinping e o líder da Coreia Popular Kim Jong Un estiveram reunidos segunda e terça-feira na cidade de Dalian, no norte chinês, para ratificar e aprofundar a aliança entre ambos países.

“Depois da primeira reunião que tive com o camarada presidente, Kim Jong Un, tanto as relações China-Coreia, assim como a situação na península coreana, têm feito progressos positivos. Eu me sinto feliz com isso”, afirmou o presidente chinês. Kim, por sua vez, concordou que os significativos progressos observados foram fortalecidos pelo que chamou de “encontro histórico”, ao se referir à reunião de março deste ano.

O retorno de Kim à China ocorreu em meio à reaproximação entre o Norte e o Sul e à abertura de diálogo com os EUA, que não só configura um momento importante para a Península e para região, mas ressalta a importância da China para o avanço das discussões.

Para Xi Jinping, o encontro marca o aprofundamento e a promoção do desenvolvimento saudável e estável das relações entre os dois países, bem como afirma o esforço conjunto em busca da paz e estabilidade.

Sobre as conversações entre a Coreia Popular e os EUA, iniciadas a partir da aproximação dos governos da península coreana, Xi Jinping afirmou que a “China deseja continuar trabalhando com todas as partes envolvidas”, e buscará “desempenhar um papel ativo” na “resolução pacífica da questão da Península”.

36% dos universitários nos EUA padecem de ‘insegurança alimentar’

Uma pesquisa recente realizada sobre as condições de vida dos estudantes universitários estadunidenses concluiu que 36% dos alunos de terceiro grau do país sofrem de “insegurança alimentar” em “moradia precária”. A radiografia do problema teve como base um levantamento junto a 46 mil alunos de 66 universidades de 20 estados e no Distrito de Columbia.

Conforme o estudo nacional mais amplo sobre esta crise, publicado pela Universidade Temple, na Filadélfia, que liderou a pesquisa, e pelo centro Wisconsin HOPE Lab, mais de um terço dos jovens pularam refeições ou reduziram as quantidades do que comem por absoluta falta de dinheiro. Foi constatada a extrema dificuldade de pagar as contas e a necessidade de se mudar com muita frequência.

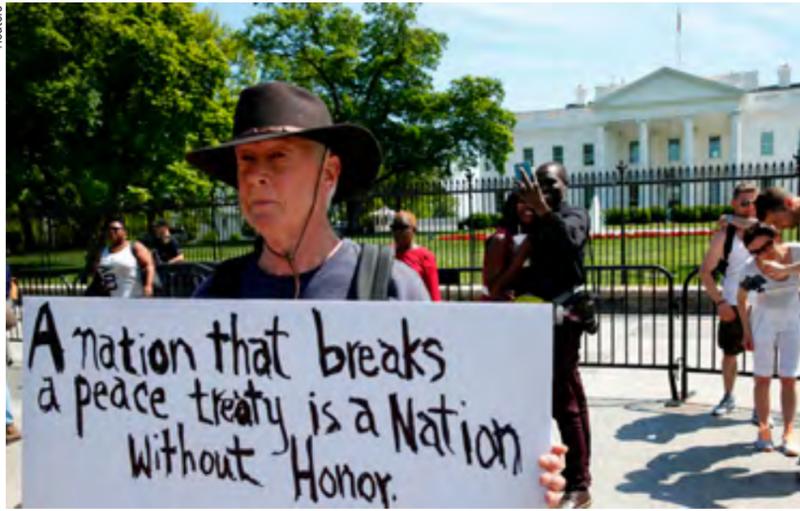
Estudante da universidade de Alabama-Birmingham, Supraja Sridhar relatou em entrevista à BBC que uma de suas colegas passava fome: “Ela

tinha três empregos, mas enfrentava muitas dificuldades para se sustentar. Não tinha os alimentos de que precisava”. Além disso, ressaltou, alguns colegas eram obrigados a praticar o chamado “coach surfing”, dormindo em sofás ou colchões infláveis de amigos.

A pesquisadora Sara Goldbrick-Rab, da Filadélfia, destacou a gravidade da situação em que se encontram mais de um terço dos alunos das universidades americanas: “Em toda a minha carreira, nunca trabalhei com algo tão triste”.

O documento também inclui informações sobre a penúria de alunos de universidades e cursos técnicos utilizados como “ponte” para a faculdade, com cursos de apenas dois anos, bem mais acessíveis, que podem ser validados posteriormente em uma carreira. Para completar, denuncia a pesquisadora Sara Goldbrick-Rab, “os preços da universidade são os mais altos já vistos”.

Países signatários: Acordo com Irã está de pé. Quem saiu foi Trump



Na Casa Branca: “A Nação que rompe um tratado de Paz é uma Nação sem honra”

AIEA reitera que o Irã cumpre com suas obrigações no Acordo Nuclear

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) reiterou nesta quarta-feira (9) que o Irã segue cumprindo estritamente as determinações do acordo nuclear assinado com os países do G5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha) e do qual o presidente americano, Donald Trump, se retirou na véspera.

“Até a data de hoje, a AIEA pode confirmar que os compromissos nucleares

estão sendo implementados pelo Irã”, afirmou o diretor-geral da AIEA, o japonês Yukiya Amano. A AIEA é a agência da ONU de monitoramento e contenção da proliferação nuclear.

O comunicado da AIEA acrescenta que “o Irã está submetido ao regime de verificação nuclear mais rígido do mundo” sob o acordo, que é conhecido sob o nome de Plano Integral de Ação Conjunta (JCPOA, na sigla em inglês).

A AIEA investiga e

supervisiona o programa nuclear do Irã de forma minuciosa desde 2003, e mantém desde 2016 – quando o acordo entrou em vigor – o mais rígido dispositivo de vigilância do cumprimento de um acordo já visto.

“Tal como solicitou o Conselho de Segurança da ONU e foi autorizado pela Junta de Governadores da AIEA em 2015, a AIEA está verificando e supervisionando o cumprimento dos compromissos nucleares do Irã sob o JCPOA”, afirmou Amano.

“União Europeia está pronta para desafiar na OMC as novas sanções dos EUA contra o Irã”

A França afirmou que a União Europeia “está pronta para desafiar na OMC qualquer medida unilateral que prejudique os interesses das empresas europeias”.

A declaração foi feita pelo porta-voz Benjamin Griveaux, após anúncio do

secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, sobre a volta de sanções unilaterais contra o Irã e contra quem comerciar com o Irã.

O comércio bilateral União Europeia-Irã alcançou 21 bilhões de euros

no ano passado, com 3,45 bilhões cabendo à França. Os acordos comerciais assinados com o Irã vão do fornecimento de aviões Airbus à participação da petroleira francesa Total na modernização do setor petrolífero no país persa.

China comprometida com “pleno cumprimento do Acordo”

“A China continuará preservando e implementando o Acordo”, afirmou Pequim, em declaração feita pelo porta-voz da chancelaria, Geng Shuang, após o anúncio de retirada apresentado por Washington. O porta-voz acrescentou que a o país asiático “manterá intercâmbios econômicos e comerciais normais” com o Irã.

O comunicado assinalou ainda que a China buscará “salvaguardar o pleno cumprimento do tratado”. Pequim pediu que todas as partes assumam “uma atitude responsável”, que leve em

conta o “interesse geral a longo prazo”, que torne possível uma resolução “política e diplomática” adequada. Segundo o porta-voz, a China “adotará um enfoque imparcial e responsável e manterá um diálogo com todas as partes” pela preservação do acordo.

Os três instaram Teerã a se manter no acordo. “Nossos governos permanecem comprometidos com o Acordo e sua manutenção, incluindo a continuação dos benefícios econômicos ao povo iraniano que estão ligados ao Acordo”. Macron, durante sua visita de Estado à Casa Branca, não poupou pirotetas para tentar demover Trump.

A primeira-ministra inglesa May reiterou que o tratado com o Irã “era um importante passo à frente para manter o mundo seguro”. “A Grã Bretanha não tem qualquer intenção de deixar o Acordo enquanto o Irã se ativer a ele”, afirmou seu chanceler, Boris Johnson. “O Irã tem cumprido suas obrigações sob o acordo”, assinalou Merkel, que acrescentou que “vamos respeitar o acordo”.

Macron conversou por telefone com o presidente iraniano Hassan Rouhani, a quem informou da disposição da França e seus parceiros europeus. O líder iraniano declarou sua intenção de manter o acordo pela “paz e segurança”. “De agora em diante, o P5+1 [nome pelo qual também é conhecido o tratado] perdeu seu 1”, acrescentando que “se alcançarmos os objetivos do acordo em cooperação com outros membros do acordo, ele continuará em vigor”. O líder supremo iraniano, Ali Khamenei, tem questionado se os europeus estão em condição de dar garantias quanto ao acordo.

Rússia e China conclamaram à preservação do Acordo com o Irã – cuja assinatura demandou um enorme esforço de mediação particularmente de Moscou –, e lamentaram a saída ordenada por Trump. O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, pediu

“Existe uma saída norte-americana, mas o Acordo está de pé”, disse o chanceler francês, Le Drian. May, Merkel, Macron, Rússia, China, Irã, União Europeia e AIEA reafirmam o Tratado

que os demais participantes do acordo cumpram totalmente seus respectivos compromissos e solicitou o apoio de todos os Estados-membros ao JCPOA”, que chamou de “grande vitória da diplomacia” e da “não-proliferação”.

A AIEA, através de seu diretor-geral, o japonês Yukiya Amano, eleito com apoio norte-americano, reiterou em comunicado que “até a data de hoje, pode confirmar que os compromissos nucleares estão sendo implementados pelo Irã”, que está submetido “ao regime de verificação nuclear mais rígido do mundo”.

A chefe da diplomacia da União Europeia, a italiana Federica Mogherini, afirmou que “juntos com o resto da comunidade internacional, vamos preservar esse acordo nuclear”. Dirigindo-se diretamente aos líderes e cidadãos iranianos, ressaltou que “não vamos permitir que ninguém desmantele este acordo, que é uma das maiores conquistas da diplomacia”.

Diante da ameaça de mais sanções norte-americanas extraterritoriais contra as empresas europeias que realizem negócios com o Irã, nos termos do que ficou definido no acordo a sete-partes, já surgem reações na União Europeia.

SEM GENDARME

Porta-voz do governo francês declarou que a UE está pronta “para desafiar na OMC” qualquer sanção unilateral [contra o Irã] “que prejudique as empresas europeias”. O ministro francês da Economia, Bruno La Maire, afirmou que “o alcance internacional das sanções norte-americanas faz dos EUA o gendarme econômico do planeta e isso não é aceitável”.

O isolamento de Trump não é só internacional, mas também internamente. Nos próximos dias são esperados novos atos de repúdio ao belicismo de Trump. O ex-presidente Barack Obama, que assinou o tratado em 2015, considerou o rompimento “um erro sério”. “Há poucas questões mais importantes para a segurança dos EUA do que a potencial proliferação de armas nucleares, ou o potencial para uma guerra ainda mais destrutiva no Oriente Médio”, destacou.

“A realidade é clara: o JCPOA está funcionando – essa é uma visão que é compartilhada pelos nossos aliados europeus, experts independentes e pelo atual secretário de Defesa dos EUA”. O ex-presidente defendeu o acordo: “Irã destruiu o núcleo de um reator que poderia produzir plutônio com grau de arma; removeu dois-terços de suas centrífugas (mais de 13.000) e as colocou sob monitoramento internacional; e eliminou 97% do seu estoque de urânio enriquecido – a matéria-prima necessária para a bomba”.

Já Macron assinalou que o rompimento do acordo com o Irã “ameaça o regime de não-proliferação nuclear”. Questão sobre a qual a Rússia concorda: “os EUA estão minando a confiança internacional na AIEA”. Como advertiu Lavrov, não há – nem pode haver – fundamento para romper com o Acordo Nuclear.

Desvario que só foi aplaudido pelas ditaduras feudais do Golfo e pelo apartheid israelense. No dia seguinte ao rompimento, Trump subiu o tom, dizendo que “ou o Irã negocia, ou ...”. Como se não fosse ele quem rompeu um acordo negociado e assinado a sete partes, inclusive por seu antecessor.

ANTONIO PIMENTA

“Pela paz e segurança”, iranianos reafirmam que ficam no Tratado com os demais países

O presidente do Irã, Hassan Rouhani, afirmou terça-feira (8) que mesmo com a saída unilateral e irresponsável dos Estados Unidos do Acordo Nuclear seu país seguirá cumprindo com todas as responsabilidades assumidas com os demais países. Rouhani classificou a decisão de Trump como “o início de uma guerra psicológica”, porém destacou que seu heroico povo não se deixará amedrontar.

“Apesar da posição dos Estados Unidos e do regime sionista, com seus esforços e seus discursos imprudentes desta noite, o Plano Integral de Ação Conjunta (nome oficial do Acordo Nuclear) perdurará e nós seguiremos adiante adotando medidas para a paz e a segurança da região e do mundo”, declarou Rouhani, frisando que a partir de agora, “Rússia, França, China, Alemanha e Inglaterra são os cinco países signatários do Acordo”.

HOSTILIDADE

Durante aparição em cadeia nacional de televisão, logo após a fala de Trump, o líder iraniano lembrou que os EUA sempre se mostraram hostis, não somente com sua nação, mas com os povos do Afeganistão, Iraque, Iêmen, do Oriente Médio e do Norte da África. Segundo Rouhani, a



Rouhani, presidente do Irã: “respeito ao diálogo”

Agência Internacional de Energia Atômica reconheceu o pleno cumprimento, por parte da nação iraniana, das suas promessas e obrigações, e neste momento todos podem comprovar qual é efetivamente o país que desrespeita suas obrigações internacionais. O Acordo Nuclear, acrescentou o presidente, foi ratificado em uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU e a Resolução 2231. Diante disso, enfatizou Rouhani, os Estados Unidos anunciaram oficialmente que não lhes importam as obrigações internacionais, da mesma forma como anteriormente descumpriu o acordo sobre o Tratado de Mudança Climática.

Conforme o presidente iraniano, Trump encerra-se completamente

isolado, contando apenas com o apoio do ilegítimo regime israelense, “o mesmo que assassinou cientistas nucleares do nosso país, o mesmo que não deixa passar um dia na história política e de sua existência sem acrescentar uma nova crueldade e injustiça contra a população da região e, especialmente, contra a grande nação Palestina”.

“Ordenei ao Ministério de Relações Exteriores que inicie negociações com os países europeus e com a Rússia e a China, duas grandes nações, já nas próximas semanas. Seguiremos com o Acordo Nuclear se depois de umas semanas de consultas chegarmos à conclusão de que a cooperação com estes cinco países beneficia à nação iraniana, segundo o previsto no Acordo Nuclear”, sublinhou Rouhani.

Lupicínio, o grande sambista do Sul, sua vida e sua arte - 6

Continuação da edição anterior

Toda a nova geração surgida ou popularizada nos anos 1950 gravaria Lupicínio: de Luiz Gonzaga e Carmélia Alves a Lúcio Alves, passando por Nelson Gonçalves, Roberto Silva, Jorge Goulart, Marlene, Linda e Dircinha Baptista, Nora Ney e Ângela Maria (estas com direito a arranjos do então desconhecido Tom Jobim)

ARTHUR DE FARIA

Amaré andava tão boa que, apesar de descreditadíssimo por seus amigos com relação a seus dotes vocais, Lupi surpreende a todos sendo contratado como... cantor! Estávamos em 1951 e há muitos e muitos anos isso não acontecia.

Primeiro foi a Rádio Farrou-pilha, que acertou um ano de contrato para *Roteiro de um Boêmio*, programa semanal com a seguinte ideia: o compositor cantando e cantando suas músicas. Deu tão certo que, terminado o ano, a gravadora Star – futura Copacabana – o chamou para um álbum com quatro discos de 78 rpm, batizado com o mesmo nome. Ali, acompanhado pelo trio do pianista Simonetti (piano, violino, contrabaixo) e, ainda que prejudicado pela qualidade técnica, que não é das melhores, se fazia conhecer o melhor intérprete de sua obra: um insuspeito ele mesmo. *Cool* e sutil, tava mais do que nunca revelado o intérprete herdeiro direto de Mário Reis. Ou, se o amigo preferir – tenho lá minhas ressalvas –, um bossa-novista *avant la lettre*.

Avant, sim. E tanto que, para a maior parte de seus colegas de boemia, era simplesmente ridículo ele levar sua própria voz ao disco. Logo agora, que vinha sendo gravado por cantores espetaculares – e impecavelmente técnicos – como Francisco Alves ou Orlando Silva. Pra quê?! A única exceção entre os incrédulos: **Hamilton Chaves**. E com um importante esclarecimento: *Tu não é cantor, rapaz. Põe na tua cabeça! Tu é intérprete, tu está além da época. Neste país subdesenvolvido, cantor é quem tem voz operística.*

Mas não foram só os discos que partiram da popularidade do programa na Farrou-pilha. Terminado o contrato, a Rádio Record de São Paulo o leva para uma rápida temporada da mesma ideia, agora sob o nome *Diários de Lupicínio Rodrigues*. Pouco antes ele tinha sido sondado para apresentações na cidade, na prestigiada boate Oásis. Juntou a fome e a vontade de comer e, depois de um tempão sem sair da cidade, lá se foi ele, originalmente, pra ficar umas poucas semanas.

Só que a temporada na Oásis foi consagradora: dois meses em cartaz – há quem fale em cinco –, sempre com casa cheia. E isso, num palco acostumado a receber Sílvio Caldas, Francisco Alves, Dorival Caymmi... Tudo foi tão surpreendente que, a partir daí, e até o fim da vida, Lupicínio passou a considerar esse como o maior momento de sua carreira. A partir de então, ficaria finalmente claro que o compositor era, também, cantor. Estranho aos padrões dos anos 1940 e 50, mas cantor. O que não é de espantar pra quem está lendo este texto e lembra que o cara começou a vida justamente como *crooner*. Mas corriam então os anos Mario Reis. Já neste meio de século o clima já não estava nada favorável a cantores de



fala mansa (o próprio Mário Reis tinha se retirado dos palcos, e a geração de Dick Farney e Lúcio Alves recém começava a aparecer).

É nesse momento que, como ele decidira não deixar Porto Alegre, a montanha passa a ir a Maomé. São tantos cantores e compositores procurando Lupi para músicas ou parcerias que a cidade chega a ser chamada (no Rio!) de “A Capital do Samba-Canção”. Toda a nova geração surgida ou popularizada nos anos 1950 gravaria Lupicínio: de Luiz Gonzaga e Carmélia Alves a Lúcio Alves, passando por Nelson Gonçalves, Roberto Silva, Jorge Goulart, Marlene, Linda e Dircinha Baptista, Nora Ney e Ângela Maria (estas com direito a arranjos do então desconhecido Tom Jobim).

É quando Lupicínio compõe uma das músicas pela qual seria para sempre lembrado por muita gente: o *Hino do Cinquentenário* de seu time – Grêmio Football Porto-Alegrense. Cuja letra começa glorificando o mote de uma greve dos transportes ocorrida naquele momento: *até a pé nós iremos, para o que der e vier, mas o certo é que nós estaremos com o Grêmio onde o Grêmio estiver*. O que era pra ser um tema da hora, só pra comemorar aqueles primeiros 50 anos, acabou desbancando o hino oficial do clube, do qual ninguém mais lembra. Afinal, hino escrito por Lupicínio, naquele momento, era um luxo que uma torcida jamais dispensaria.

Seus últimos grandes momentos se dão junto com os estertores da década, graças à popularização do LP. Com o novo formato, começa a tornar-se comum uma prática até então rara: regravar canções já lançadas. Nos tempos do 78 rpm, o mais comum era dizer-se: *Carinhoso*, música de Pixinguinha e João de Barro, criação de Orlando Silva. E aí, pronto: ninguém arriscava recriar...

Pois Ângela Maria – então explodindo –, ousa dar sua versão para o imenso sucesso de Francisco Alves, *Cadeira Vazia*. Mesma coisa com Elza Soares, que arrebeta com *Se Acaso Você Chegasse*, ainda mais suingada do que Cyro Monteiro (curiosamente a canção foi a estreia de ambos).

Pra fechar, Jamelão. O vozeirão passava por Porto Alegre como *crooner* da Orquestra de Severino Araújo quando decide conhecer pessoalmente o compositor de tantas das canções que ele interpretava nos *dancings*. Ficam amicíssimos, e o carioca começa a emplacar sucesso após sucesso: *Ela Disse-me Assim*, *Quem Há de Dizer*... A partir daí, se autoneomeia uma espécie de intérprete oficial de



Lupi, mantendo o cargo até sua morte, em 2008, aos 95 anos de idade.

Tá tudo muito bem, tá tudo muito bom, mas aí entram os anos 60.

As sucessivas explosões de, pela ordem, Bossa Nova, Jovem Guarda, MPB politizada e Tropicália enterra viva quase toda a geração de Lupi. Eles eram o ‘velho’ – cada vez mais opostos ao ‘novo’

reunidas em livro muitos anos mais tarde).

Durante uma década inteira aconteceu pouco mais que isso...

A ducha fria definitiva de realidade é de 1967, quando ele inscreve a saudosista *No Tempo da Vovó* no II Festival Internacional da Canção, o FIC. Não é nem classificado. O clima estava mais para prodígios como Chico Buarque ou estreates

Clube dos Cozinheiros, restaurante de Rubens Santos e Lupi, onde o último dava canja... nas panelas (*eu acho que cozinheiro melhor do que componho, do que canto...*). Ao longo da noite, os três foram ficando cada vez mais embasbacados com a inexistente fronteira entre o sublime e o grotesco da obra de um compositor no qual nunca haviam prestado atenção. De quebra, ainda tiveram uma aula magna de um doutor honoris causa, PhD em diferenças entre dores-de-cotovelo *municipais, estaduais e federais* – as últimas invariavelmente resultando em música.

O artigo escrito por Augusto se chama *Lupicínio Esquecido?*, e já abre puxando orelhas:

Tempo houve em que se falava de Lupicínio Rodrigues como “o ídolo de sua terra natal”, o Rio Grande do Sul. A impressão que tenho, hoje, é de que o compositor anda meio marginalizado, incompreendido até em sua própria terra e esquecido fora dela.

Lá pelas tantas, tenta explicar esse esquecimento baseado na audição de seus discos como intérprete, onde Lupi é, como já comentamos, o oposto do que se considerava então uma “grande voz”:

A Velha Guarda não tem como incorporá-lo, a não ser na base do samba rasgado de Se Acaso Você Chegasse, e as gerações mais novas, intelectuais e sofisticadas, não sabem como situar o aparente anti-intelectualismo das composições de Lupicínio e parecem não ter se dado conta do que e de como ele canta.

Segue traçando paralelos entre Lupi e ninguém menos que a trinca William Shakespeare, João Gilberto e Nelson Rodrigues (outro então amaldiçoado). E conclui, enfático e profético, chamando a atenção para o injusto esquecimento a que tinham relegado a Lupi *os meios musicais de São Paulo, do Rio e de Porto Alegre – os gaúchos, em especial, que às vezes parecem consentir na omissão de que é vítima o seu maior valor em música popular.*

Exceto por alguns tropicalistas e curiosos, naquele momento ninguém dá muita pelota pro artigo. Mas seu *insight* vai se provar totalmente verdadeiro, num futuro bem próximo.

Sempre cercado de bons músicos e, abaixo, sua coluna na Última Hora, onde conta como compôs o Hino do Grêmio

O artigo de Augusto de Campos acaba no primeiro grande livro moderno escrito sobre música popular brasileira. O imperdível “Balanço da Bossa – E Outras Bossas”. Lupi está nas “Outras Bossas”, bien sûr...

Em 1968 Lupi tenta novamente um festival – a I Bienal do Samba. Chega até a se classificar, mas não emplaca na final. Em 1969, sua última experiência no gênero é no Festival de MPB da TV Record – em sua quinta, última e desprestigiada edição. Isaurinha Garcia, outro ícone da mesma geração, defende *Primavera* (dele e Hamilton Chaves), que chega às 12 finalistas, mas não ganha nada. Também pudera: o vencedor é o revolucionário *Sinal Fechado*, de Paulinho da Viola.

Perfeito: o sinal parecia definitivamente fechado.

E não era só ele: para o fotógrafo Ricardo Chaves, filho de **Hamilton Chaves** (em depoimento dado em 1994), aquele cara era só um amigo de seu pai, que tinha escrito uma esquecida canção para ele décadas antes. Chaves tinha 23 anos de idade e cinco de profissão quando Lupicínio morreu. Hoje, aos 61, ele comenta: *O pior que é isso mesmo. Morro de culpa e arrependimento de não ter aproveitado essa relativa intimidade para produzir um puta ensaio fotográfico sobre o Lupi. Lamento profundamente não ter sido minimamente lúcido para “saber” quem era O CARA. A ficha começou a cair quando, fotografando o enterro do poeta/compositor, vi, pela primeira vez, meu pai chorando. Com irreversível atraso, percebi que ELE deveria ser mais importante do que eu supunha.*

A tal canção, só pra lembrar, era nada menos que *Esses Moços*.

Na próxima edição, Lupi redescoberto. E graças ao João Gilberto (ai!, até rimou).
Continua na próxima edição.



que surgia a cada semana. E se Ary Barroso e Dorival Caymmi se salvavam – tanto pela modernidade quanto pela temática pouco datada da maior parte de sua obra –, Lupicínio era por demais emblemático do Brasil anos de 1940/50 para escapar. Reunia à perfeição praticamente todas as patologias que jovens e adultos jovens dos anos de 1960 queriam, mais do que tudo, esquecer.

Chega a lançar um LP pela Copacabana e a assinar uma coluna semanal – basicamente de memórias de suas melhores canções – no jornal gaúcho *Última Hora* (publicadas entre fevereiro de 1963 e 64, e

como Milton Nascimento e Gutemberg Guarabyra. Quem prestaria atenção num cara que, além ser o emblema do velho (e tinha pouco mais que 50 anos!), ainda me vem falar no tempo da vovó?!?!?)

Só que justamente nesse mesmo 1967 – ano também em que explode a Tropicália –, o poeta, teórico e mentor do movimento concretista Augusto de Campos escreve um artigo surpreendente sobre Lupicínio. Augusto, Haroldo de Campos e Décio Pignatari (o Trio Parada Dura da poesia concreta) o haviam conhecido numa histórica noite porto-alegrense. Passaram riquíssimas horas a seu lado no